



ENCCLA

2021

Ação 11/2021

Referenciais normativos, técnicos e outros documentos relacionados à fraude documental

REFERENCIAIS NORMATIVOS, TÉCNICOS E OUTROS DOCUMENTOS RELACIONADOS À FRAUDE DOCUMENTAL

Como um complemento aos produtos da Ação 11/2021, foi elaborada uma compilação de referenciais normativos, técnicos e outros documentos atinentes ao tema.

ÁVILA, M. H. de. **Fraude Documental: Uma ameaça transversal à Segurança Nacional**. Disponível em: <https://repositorio.esg.br/handle/123456789/1267>. Acesso em: 07 set 2021.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal Brasileiro. TÍTULO X - Dos crimes contra a fé pública. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm. Acesso em: 07 set 2021.

BRASIL. Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983. Assegura validade nacional as Carteiras de Identidade, regula sua expedição e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/l7116.htm. Acesso em: 07 set 2021.

BRASIL. Decreto nº 89.250, de 27 de dezembro de 1983. Regulamenta a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, que assegura validade nacional às Carteiras de Identidade, regula sua expedição e dá outras providências (Revogado pelo [Decreto nº 9.278, de 2018](#)). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D89250.htm. Acesso em: 07 set 2021.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997. Institui o número único de Registro de Identidade Civil e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9454.htm. Acesso em: 07 set. 2021.

BRASIL. LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 07 set 2021.

BRASIL. Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm. Acesso em: 07 set 2021.

BRASIL. Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm. Acesso em: 07 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça. RT Diagnóstico de Documentos de Identificação Civil. Acordo de Cooperação Técnica UnB/FUB/CDT e MJ/SE - Registro de Identidade Civil. Brasília: MJ, 2015. Acordo de Cooperação Técnica FUB/CDT e MJ/SE Registro de Identidade Civil – Replanejamento e Novo Projeto Piloto - 20150618 MJ RIC - RT Diagnóstico de Documentos de Identificação Civil - Disponível em: <https://www.justica.gov.br/Acesso/governanca/pdfs/estrutura-documental/20150618-mj-ric-rt-diagnostico-de-documentos-de-identificacao-civil.pdf>. Acesso em: 08 set. 2021.

BRASIL. Decreto nº 8.793, de 29 de junho de 2016. Fixa a Política Nacional de Inteligência. Brasília: Presidência da República, 2016a. A Política Nacional de Inteligência (PNI), documento de mais alto nível de orientação da atividade de Inteligência no País, foi concebida em função dos valores e princípios fundamentais consagrados pela Constituição Federal, das obrigações decorrentes dos tratados, acordos e demais instrumentos internacionais de que o Brasil é parte, das condições de inserção internacional do País e de sua organização social, política e econômica. É fixada pelo Presidente da República, após exame e sugestões do competente órgão de controle externo da atividade de Inteligência, no âmbito do Congresso Nacional. A PNI define os parâmetros e limites de atuação da atividade de Inteligência e de seus executores e estabelece seus pressupostos, objetivos, instrumentos e diretrizes, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8793.htm. Acesso em: 07 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017. Dispõe sobre a Identificação Civil Nacional. Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13444.htm. Acesso em: 07 set. 2021.

BRASIL. Decreto nº 9.278, de 5 de fevereiro de 2018. Regulamenta a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, que assegura validade nacional às Carteias de Identidade e regula sua expedição. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9278.htm. Acesso em: 07 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/lei/L13709compilado.htm. Acesso em: 07 set. 2021.

BRASIL. Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018. Institui a Política Nacional de Segurança da Informação, dispõe sobre a governança da segurança da informação, e altera o Decreto nº 2.295, de 4 de agosto de 1997, que regulamenta o disposto no art. 24, caput, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/decreto/D9637.htm. Acesso em: 07 set. 2021.

BRASIL. Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019. Dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/decreto/D10046.htm. Acesso em: 07 set. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **CCJ aprova prisão para quem portar documento falso.** Brasília: CD, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/618136-ccj-aprova-prisao-para-quem-portar-documento-falso/>. Acesso em: 07 set. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 1.422/2019.** Institui o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) como número suficiente para identificação do cidadão nos bancos de dados de serviços públicos, altera dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, e dá outras providências. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node0kqiuwts2mzx16iyyy32x5z901042677.node0?codteor=1718365&filename=PL+1422/2019. Acesso em: 17 mar. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Câmara aprova projeto que torna CPF o único número de identificação geral no País. Brasília: Agência Câmara de Notícias, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/718623-CAMARA-APROVA-PROJETO-QUE-TORNA-CPF-O-UNICO-NUMERO-DE-IDENTIFICACAO-GERAL-NO-PAIS>. Acesso em: 17 mar. 2021.

BRASIL. Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020. **Estratégia de Governo Digital.** Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/decreto/d10332.htm. Acesso em: 07 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020. Dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde e sobre as licenças de softwares desenvolvidos por entes públicos; e altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/lei/L14063.htm. Acesso em: 07 set. 2021.

BRASIL. Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020. Dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas na administração pública federal e regulamenta o art. 5º da lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, quanto ao nível mínimo exigido para a assinatura eletrônica em interações com o ente público.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/decreto/D10543.htm.

Acesso em: 07 set. 2021.

BRASIL. PORTARIA SEDGGME Nº 2.154, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021. Regulamenta o Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, que estabelece níveis mínimos de exigência para as assinaturas em interações eletrônicas com entes públicos.

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-sedggme-n-2.154-de-23-de-fevereiro-de-2021-304916270>. Acesso em: 07 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021. Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/lei/L14129.htm. Acesso em: 07 set. 2021.

Câmara de Comércio Brasil Canadá. Inspiration: A fraude documental no contexto da digitalização de serviços. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9kRoP4TAjAo>. Acesso em: 07 set. 2021.

NARUMI, Pereira Lima. Legislação atual e aspectos técnicos para a segurança dos documentos de identidade civil. Palestra. Seminário CertLive: Identidade segura, objetivo de todos. Brasília: Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, 3 set. 2020a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hEP2bQQFGb0>. Acesso em: 3 set. 2020.

TSE. Acordo de Cooperação Técnica que firmam entre si a Secretaria-Geral da Presidência da República, o Ministério da Economia e o Tribunal Superior Eleitoral, objetivando a cooperação para Implementação da Identificação Civil Nacional. Brasília: TSE, 2021. Disponível em: https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/arquivos/act-identificacao-civil-nacional/rybena_pdf?file=https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/arquivos/act-identificacao-civil-nacional/at_download/file. Acesso em: 17 mar. 2021.